

Resenha

10 Mandamentos da ARQUITETURA, um campo de possibilidades para inspiração e um guia para as muitas formas de se enxergar e de se fazer boa arquitetura.

Gláucia Maria Côrtes Bogniotti*

*Engenheira civil pela Uniube (1994); arquiteta e urbanista pela Unieuro (2014); especialista pela Fundação Getúlio Vargas em Gestão Estratégica em Marketing (1998); MBA em Gestão de Negócios Imobiliários e Construção Civil (2013) e professora universitária. É mestranda do Programa de Pós-graduação da FAU UnB na área de Planejamento Urbano e Regional.

Resumo

Esta resenha faz uma síntese da obra “Dez Mandamentos da Arquitetura” do arquiteto e doutor em arquitetura, Frederico de Holanda. A contribuição que o livro traz possibilita ao leitor refletir sobre o conceito de arquitetura, seus modos de produção, enclaves sociais e suas relações com a configuração de edifícios e cidades. A abordagem dada é consistente e acessível aos mais diferentes públicos interessados em entender a arquitetura como um campo cujos aspectos apresentam restrições e possibilidades.

Palavras-chave: Arquitetura. Mandamento. Enclave social. Restrições; possibilidades.

Abstract

This review summarizes the book “Dez Mandamentos da Arquitetura” by the architect and doctor in architecture Frederico de Holanda. The contribution the book brings forward allows the reader to reflect on the concept of architecture, its modes of production, social enclaves and its relations with the cities and buildings configuration. The approach given is consistent and accessible to various readers interested in understanding architecture as a topic whose aspects introduce constraints and possibilities.

Keywords: Architecture. Commandments. Social enclave. Constraints. Possibilities.



Obra: 10 Mandamentos da ARQUITETURA
Autor: Frederico de Holanda
Brasília Editora FRBH, 2013 - 344 p.

Os 10 Mandamentos formulados por Holanda são uma contribuição valiosa para o conhecimento da arquitetura. Citando Ruth Verde Zein, que prefaciou o livro, a obra qualifica o que é a arquitetura, como é, para que serve, como se a aprecia, como se a compreende, como se a conhece. Estabelece diálogo e interage com os mais diversos tipos de público, o leigo, o profissional de outras áreas de formação, o estudante de arquitetura, o professor do curso e porque não dizer, o cliente e até mesmo o profissional de arquitetura já amadurecido e experiente. O conteúdo da obra aborda pontos fundamentais do “fazer” boa arquitetura e convida à reflexão sobre o tema de uma forma que pode ser reflexiva e ao mesmo tempo inspiradora.

O livro é dividido em partes, como se mandamentos de fato fossem. E são. Diria que são mandamentos, não no sentido restrito da palavra, que pode suscitar em alguns a ideia de im-

posição ou de conhecimento fechado. Não é! Ao contrário, os mandamentos são um guia-convite à livre reflexão, como se um voo ao encontro da arquitetura enquanto arte, ciência, artefato... ou outra descoberta que o intelecto, a criatividade e a inovação de quem os lê forem capazes de realizar. Esse é o chamado que a obra suscita: estudar, observar, pensar, repensar, aprender, reaprender, colocar em prática.

A pertinência de seu conteúdo inequivocamente norteia os caminhos da compreensão da arquitetura, abrangendo seus diversos campos como um horizonte de restrições e de possibilidades. Os postulados, não importa a ordem em que se os coloca, ou que se os experimente. Vale a bagagem ali contida. Ei-los:

Mandamento 01- Veja na Arquitetura uma propriedade dos lugares: O autor perpassa diversas abordagens de outros pensadores que buscam

conceituar arquitetura, compreendê-la. Explicita e respeita a contribuição de seus mestres, mas vai além na reflexão do que está posto, questiona, contradiz e amplia a compreensão e o conceito de arquitetura. Defende que há distintas formas de pensar, agir e sentir relacionadas aos atributos arquitetônicos dos lugares, atributos que afetam nosso corpo e nossa mente quer sejam eles naturais ou produzidos mediante o olhar disciplinado, “auto delimitado” do ser humano. Nessa linha, amplia-se o conceito de arquitetura: o espaço produzido pelo saber implícito, popular é tão legitimamente arquitetura quanto aquele produzido pelo saber explícito e reflexivo; todos os edifícios o são, independentemente da intenção estética; o espaço de ruas e praças é arquitetura. Mandamento 02- Pense as causas: a arquitetura está inserida num contexto socioambiental que responde às características do sítio natural e também à organização social. Os atributos arquitetônicos são regidos por elementos de linguagem entendidos como cheios (elemento-meio da arquitetura) e vazios (elementos-fim da arquitetura). Os cheios (paredes, volumes, barreiras, opacidades) definem os espaços onde estamos inseridos e interferem na forma de percebermos e vivenciarmos os lugares. Os vazios são os lugares onde transitamos e implicam percepções de amplitude, segregação, proximidade ou distância. Mandamento 03- Pense os efeitos. Aqui se aborda o desempenho dos elementos arquitetônicos e de seus atributos. E como as nossas expectati-

vas em relação a esses atributos, satisfeitas ou não, afetam o nosso corpo e a nossa mente e ainda impactam o meio ambiente do qual dependemos. Os efeitos provocados por uma boa ou má arquitetura são decorrentes de atributos dela, que podem nos impactar positiva ou negativamente, relacionados a aspectos ou dimensões de desempenho. Alguns aspectos dizem respeito a questões práticas: atividades com suporte adequado à funcionalidade, o bioclimatismo que estabelece condições higrotérmicas favoráveis ao conforto do corpo humano, a dimensão econômica que avalia custos de produção e manutenção desejáveis e sustentáveis e o aspecto sociológico que trata do movimento das pessoas em lugares propícios aos encontros ou às esquivanças. Outros aspectos têm implicações expressivas – lugares memoráveis, com forte identidade e conteúdo imagético, ou lugares que nos comunicam afetos, sensações agradáveis ou não, de aconchego, solenidade, estranheza, extravagância. A expressividade da arquitetura pode ser percebida também em ambientes ou espaços com forte capacidade simbólica em comunicar valores representativos de ideias ou da cultura de um povo. E finalmente a sensação de beleza, comunicada pela sábia exploração de leis de composição plástica, ou a sensação de estarmos diante de uma obra de arte, enquanto testemunhamos uma visão de mundo. Mandamento 04- Entenda a arquitetura como um campo de possibilidades e um campo de restrições. Le Corbusier acreditava

que a arquitetura podia prevenir eventos “inde-sejados” como a “revolução” enquanto Taut e Sir Balthazar entendiam que pudesse produzir normas de convívio e até comportamentos “antissociais”. Jane Jacobs defende que atividades diversificadas podem possibilitar boa qualidade de vida urbana; Jan Gehl fala da cidade para pessoas, com espaços humanizados e acessíveis. O autor alerta que muitas teorizações em arquitetura nem sempre se confirmam na prática, lembrando essa dificuldade a partir dos equívocos cometidos pelo Movimento Moderno que pretendeu, com insucesso em grande parte das suas ideias – como a pretensão de fazer brotar do lápis uma nova sociedade. Holanda alerta que arquitetura e gente são coisas relacionadas, mas distintas. Falar em congruência não significa falar em determinação, daí ser mais coerente afirmar que a arquitetura cria um campo de possibilidades que podem ou não ser exploradas e um campo de restrições que podem ou não ser superadas. Mandamento 05- Leia na arquitetura igualdades e desigualdades sociais. Ilustra-se nesse mandamento o caso da luta de classes sociais em Brasília, onde a ordem dominante do espaço público é a segregação socioespacial. Contrariamente à convivência da diversidade de classes sociais no espaço público praticada em muitas cidades mundo afora, onde as áreas urbanas centrais antes desertificadas e deterioradas vêm sendo resgatadas, a configuração do Plano Piloto e adjacências não é acessível ao uso das faixas de renda menos

favorecidas. A capital federal é uma cidade onde o maior percentual de atividades econômicas é de serviços (59,7%), enquanto que nas demais metrópoles o máximo é pouco mais de 40%. A exceção em Brasília é marcada pelo espaço das pequenas fissuras como é o caso da Vila Planalto, que ousa em apresentar diversidade de tipologia e multiplicidade de usos e atividades. E vida urbana no espaço público! Mandamento 06- Considere a sintaxe e a semântica. Nesse mandamento o autor aborda princípios da Teoria da Lógica Social do Espaço (ou Teoria da Sintaxe Espacial), em que se trata da morfologia urbana ou da configuração do espaço urbano. Nesse enfoque consideram-se as escalas do edifício e da cidade como forma organizada para fins humanos e os modos de interação entre indivíduos e grupos, as clivagens sociais e as estruturas de poder como estrutura social. Mandamento 07- Cuide a ordem sem descuidar a desordem. As disciplinas científicas de diversas áreas do conhecimento nos ensinam que os tipos de assentamentos humanos independem dos modos de produção do espaço, que a configuração da arquitetura não depende do planejamento, mas de valores culturais. É irrelevante se há ou não planejamento; o que explica a questão de sucesso ou não dessa produção espacial é a lógica social do espaço que subjaz ao papel dos profissionais e sua produção. As razões são históricas, o autor exemplifica com uma analogia entre o caso de Brasília (e suas fissuras sociais) e uma aldeia dos índios bororo:

em ambas a ordem ou a desordem, como queira se interpretar, é perseguida por valores éticos e/ou culturais. Mandamento 08- Atente à história. Aqui discute-se o conceito de urbanidade e formalidade referindo-se a uma dimensão de uma estrutura da ordem social que diz respeito à maneira como os indivíduos interagem entre si nos espaços públicos e privados ao longo da história. A urbanidade envolve intensa participação, livre da manifestação de diferenças e de sua negociação, identificando-se com os valores da sociedade democrática. Já a formalidade diz respeito a categorias estanques de pessoas, sistemas hierárquicos e cerimoniais. Mandamento 09- Projete a cidade sem ombros ou costas – só rostos. Aborda-se a importância da cidade em estabelecer o diálogo amigável entre os edifícios e a rua. Citando Jan Gehl, “é necessário existir vida entre edifícios”. A descontinuidade entre as edificações e as fachadas cegas para o ambiente público tendem à formalidade e resultam em espaços pouco informativos, áridos e de difícil apropriação. A mistura de tipos urbanos distintos, ruas bem definidas e tipos edilícios com muitas portas e janelas constroem uma dinâmica urbana viva, onde se torna mais efetiva a segurança e mais perene o lugar. Mandamento 10- Foque o conhecimento objetivo. É um chamado à busca da verdade, ao questionamento maduro da realidade, não só das teorias da arquitetura. A epistemologia pode ser um caminho pois trata da natureza, da origem e validade do conhecimento, e estuda também o grau de certeza

do conhecimento científico nas suas diferentes áreas, com o objetivo principal de estimar a sua importância para o espírito humano. O autor enfatiza: na epistemologia, qualquer maneira de conhecimento vale a pena... conquanto sensível, inteligente, atento ao mundo que nos cerca, verificável, refutável... objetivo.

Em resumo, cabe a cada leitor experimentar, apreciar, concordar ou discordar do conteúdo de uma obra. A visão crítica é um valor precioso, fundamental e necessário à quebra de paradigmas e à criação de uma nova visão de mundo. O progresso da humanidade depende disso.

Citação Bibliográfica

**HOLANDA, Frederico de
Dez Mandamentos da Arquitetura / Frederico de Holanda; prefácio de Ruth Verde Zein.
Brasília: FRBH, 2013. 344p.: il. 23cm. ISBN:
978-85-64222-06-9** ■